Jornal de Brasília

ANO XVII – Nº 5208 | Brasília, Distrito Federal, Domingo, 3/12/89 | Preço: 8,00

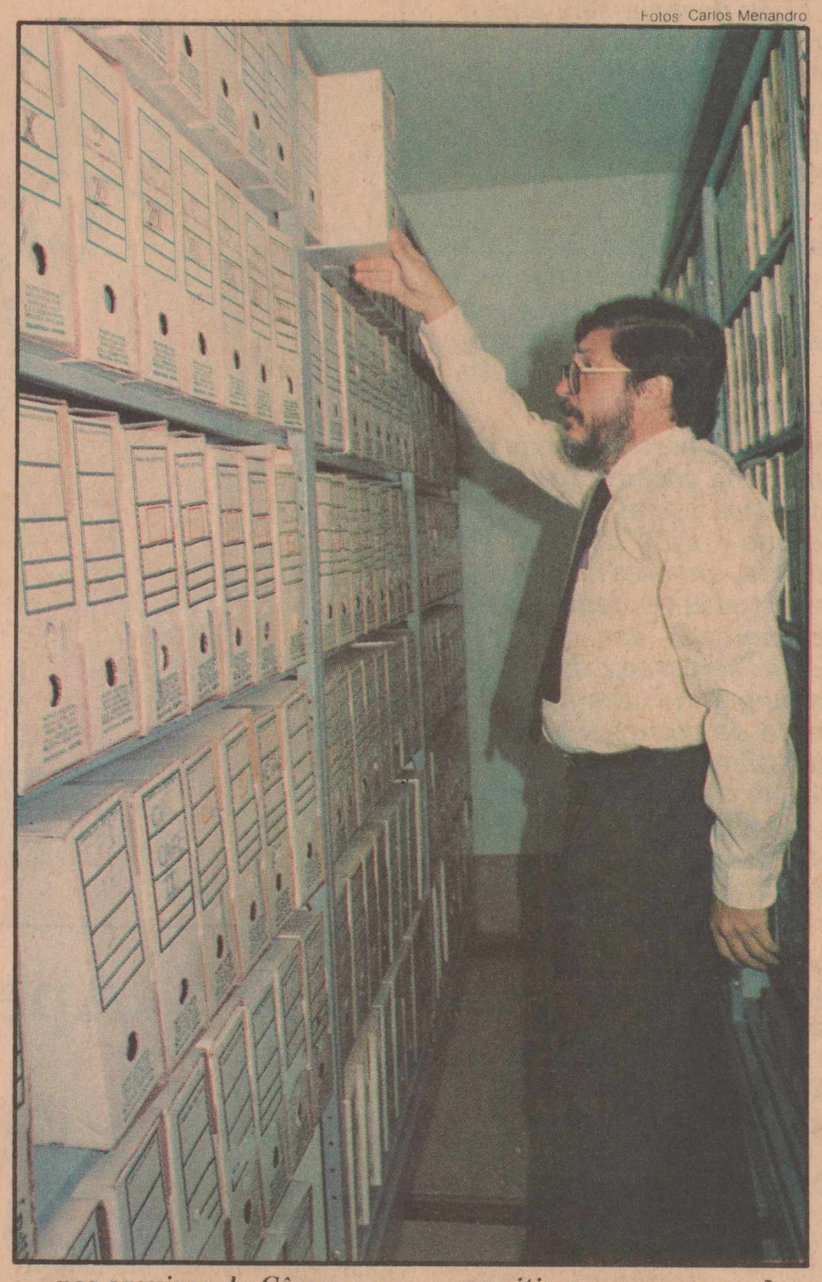


Os documentos, por muito tempo esquecidos, foram achados...

Arquivo revela a repressão de 35

Com base em documentos sigilosos sobre prisões políticas relacionadas à Intentona Comunista de 1935, o **Jornal de Brasília** *mostra um pouco do que foi a repressão e quem foram os reprimidos pela polícia e pela Justiça nos anos imediatamente anteriores à implantação da ditadura do Estado Novo. Os documentos foram guardados em cofre forte quando do fechamento do Congresso, em 1937. Somente agora foram liberados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade. Entre os fatos registrados, estão a prisão do pedreiro Felipe Urbano dos Santos, 90 anos, desempregado, por ser considerado capaz de subverter a ordem política, e o de Beatriz Silva, prostituta, presa sob a suspeita de, ao aliciar clientes, valer-se da profissão para fazer proselitismo contra o regime de então* **(Página 8)**

Fotos: Carlos Menandro



...nos arquivos da Câmara, o que permitiu a sua preservação

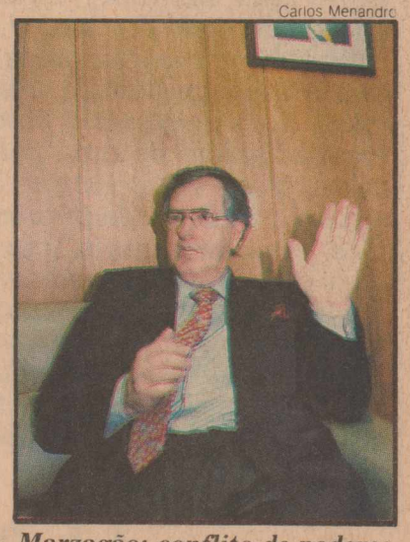
Rezek afirma que aliança não define eleição

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Francisco Rezek, prevê que o quadro partidário no Brasil, em 1990, não contará com mais de dez partidos políticos — hoje existem quase 50, a maioria com registro provisório. Rezek constatou que nas atuais eleições as cúpulas partidárias perderam seu poder de influência. Com isso, disse, não se resolvem mais eleições com base em grandes alianças: "Os brasileiros não se preocupam mais em quem apóia quem". O ministro revelou ainda que o Tribunal procurará evitar, no segundo turno, as apurações paralelas feitas por emissoras de rádio, TV e jornais, acontecidas no primeiro turno. Ele reconhece que os primeiros programas do horário gratuito revelaram asperezas de parte a parte, mas não encontrou nada que caracterize afronta à honra dos candidatos (Caderno O **Brasil vai às urnas**)

Marzagão acha que a crise virá mesmo

O secretário particular do presidente José Sarney, Augusto Marzagão, prevê para o futuro presidente da República "um encontro marcado com a crise", faltando apenas a definição da data. As dificuldades a serem enfrentadas pelo sucessor de Sarney foram atribuídas por Marzagão, em entrevista ao **JBr**, à Constituinte, que estabeleceu "um sistema de governo confuso". Marzagão afirma que se o ex-presidente Jânio Quadros fosse candidato o quadro hoje seria outro.

Carlos Menandro



Marzagão: conflito de poderes

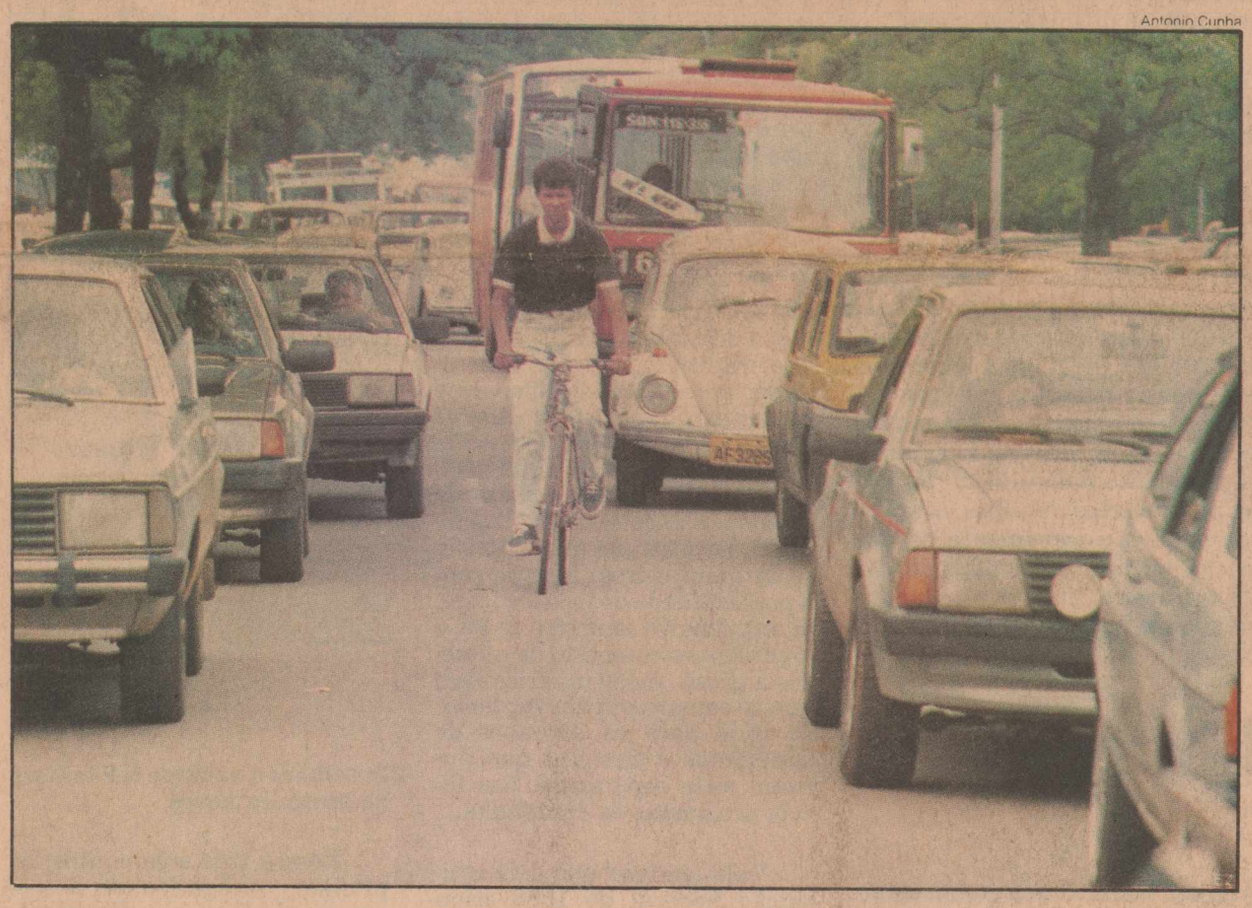
Collor e Lula frente a frente

Os candidatos à Presidência da República Fernando Collor de Mello e Luis Inácio Lula da Silva realizam hoje o primeiro debate, a ser transmitido por um **pool** de televisão, a partir das 21h30. O debate será realizado nos estúdios da **TV Manchete**, que formará o **pool** justamente com **Globo, Bandeirantes** e **SBT**. A audiência prevista é superior a 90% no horário de pique — 22h30. Ontem, Lula passou o dia reunido com sua assessoria, em local ignorado, preparando-se para o debate. O candidato da Frente Brasil Popular conseguiu fugir da imprensa. Em sua estratégia para o debate, o candidato do PRN, Fernando Collor, pretende evitar agressões a seu adversário. Mas sua assessoria afirma que ele "está preparado para o que der e vier". Os argumentos a serem usados contra Lula estão sigilosamente guardados. Pesquisa divulgada ontem pelo instituto Data-Folha constata o crescimento de Collor em dois pontos e de Lula em um. O candidato do PT tem 40% das intenções, contra 50% de Collor (Caderno O **Brasil vai às urnas**)

Tempestade adia reunião de cúpula

Uma tempestade sobre a ilha de Malta provocou o cancelamento, ontem à tarde, da segunda sessão da reunião de cúpula entre os presidentes George Bush, dos EUA, e Mikhail Gorbachev, da União Soviética. O primeiro encontro, pela manhã, chegou a ser realizado, mas o programa teve de ser modificado. A reunião inicial, prevista para se realizar no cruzador **Slava**, foi transferida para o navio **Gorki**, mais estável. Os trabalhos da cúpula deverão ser retomados hoje **(Página 10)**

Antonio Cunha



O perigo diário sobre 2 rodas

O uso da bicicleta como meio de transporte ou como instrumento de trabalho, em Brasília, constitui-se em grande risco para aqueles que precisam enfrentar o trânsito da cidade, a falta de respeito por parte dos motoristas e os caminhos descontínuos. A estrutura urbana de Brasília foi criada deixando de lado os pedestres e os ciclistas. Apenas os carros foram levados em consideração. Quem usa a bicicleta para trabalhar, como o limpador de piscinas Elias Rodrigues, reclama das calçadas e prefere andar pela rua, mesmo sendo mais perigoso. "Nas calçadas, temos de parar a toda hora para atravessar uma rua". Brasília só oferece opção para quem usa a bicicleta como esporte ou lazer — no caso, o Parque da Cidade e as ciclovias do Lago **(Pág. 14)**

Vestibulando de Brasília corre o País

A não-realização do vestibular da UnB na mesma época dos demais, pelo País, fez crescer o número de inscrições para vestibulares em outras cidades. O Colégio Objetivo, por exemplo, registra um aumento de 40% na procura de concursos em outros estados em relação aos anos anteriores. A procura por determinadas universidades leva os alunos a organizarem excursões, com vistas a baratear custos. As mais procuradas são as de Viçosa, Goiás, Uberlândia e Uberaba.

Rodada pode definir hoje os finalistas

Com a realização hoje da penúltima rodada da segunda fase, o campeonato brasileiro poderá ter a definição de seus dois finalistas. O Palmeiras, de São Paulo, estará classificado no Grupo B se vencer o Botafogo, no Rio, o que lhe garantirá também um ponto extra nas finais. No grupo A, o Corintians precisa ganhar do Vasco e torcer para derrotas do São Paulo para o Grêmio e do Botafogo para o Palmeiras. O Atlético Mineiro tem chances mais remotas **(Página 20)**

Israelense ganha Tucano do FestRio

O filme israelense "Territórios Ocupados", de Isaac Zepel Yeshurun, sobre a desintegração da família num país em guerra, ganhou ontem o Tucano de Ouro do VI Festival Internacional de Cinema, Televisão e Vídeo — o FestRio, que se realizou em Fortaleza. O inglês Peter Greenaway ficou com o Tucano de melhor diretor. O de melhor atriz foi para Helen Mirres e o de melhor ator para o veterano cineasta norte-americano Samuel Fuller, com "Em busca do amor perdido".

A invasão dos charutos

O charuto cubano prepara-se para invadir o mercado brasileiro, depois que Brasil e Cuba assinaram um acordo que elimina a alíquota de 85% do Imposto de Importação sobre Cigarros, Cigarrilhas e Charutos comprados na ilha de Fidel Castro. O charuto cubano vai entrar no País através da "Havana Cigárretes", firma que representa o produto no Brasil desde 1980.

☐ "Onde matricular meu filho?" Para saber as motivações dos pais, o **Caderno 2** ouviu o secretário de Comunicação do GDF, Renato Riella, com três filhos no Colégio Santo Antônio, e a jornalista da Rede Globo, Rebeca Scatrut, com três filhos no Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil, Escola da Tia Bibia.



☐ Os namorados Suzy Rêgo e Paulo César Grande moram no mesmo prédio e trabalham no mesmo local, mas não pensam em casamento



☐ É tempo de eleição também no reino dos bichos. A comunidade do Palácio Verde vai eleger democraticamente o seu líder

Violência no DF

A população do Distrito Federal está amedrontada com a freqüência cada vez maior com que policiais militares se envolvem em crimes como homicídios, assaltos, espancamentos e outros. O comando da PM no DF assegura, no entanto, que tem apurado as irregularidades denunciadas e os responsáveis têm sido punidos com expulsão **(Página 16)**

Ano fiscal

As equipes econômicas que assessoram os candidatos Fernando Collor e Luis Inácio Lula da Silva vêem com simpatia proposta aprovada pela Comissão de Justiça da Câmara que transfere o ano fiscal para 1º de julho do próximo ano. Aloísio Mercadante, da Frente Brasil, sugere apenas uma maior discussão no caso das empresas **(Página 3)**

Superávit vai cair

O superávit da balança comercial cairá, ano que vem, dos US$ 15,9 bilhões registrados este ano para US$ 10 bilhões, com a queda de 10% nas exportações e o aumento de 16% nas importações. A previsão é de Namir Salek, diretor da Cacex. Com isso, o Brasil terá de manter a moratória técnica da dívida até obter um acordo com os credores que permita a redução dos juros devidos, de US$ 10,3 bilhões **(Página 5)**

Loteria Federal

Resultado da extração de ontem:

1º prêmio	86.672
2º prêmio	81.783
3º prêmio	52.420
4º prêmio	66.404
5º prêmio	45.755

Tempo

Nublado em Brasília, com ocorrência de chuvas e alguns períodos de melhoria. A umidade relativa do ar oscila entre 70% e 95%.

Índice

Opinião	2
Economia	3 a 6
Nacional	7 e 8
Internacional	10
Cidade	12, 14 a 17
Classificados	18
Esporte	19 e 20
Caderno 2	12 páginas

Mais o caderno **O Brasil vai às urnas** e os suplementos **Almanaque** e **Revista da Tevê**

Antonio Cunha



Comércio vende menos neste Natal

O comércio brasiliense deve vender menos 5% neste Natal, em relação ao ano passado. A previsão é do presidente do Clube dos Diretores Lojistas do DF, Sérgio Vioti, e baseia-se na perda de poder aquisitivo do trabalhador. Nem o investimento de mais de NCz$ 2 milhões em publicidade e enfeites (na foto, o Conjunto Nacional) conseguirão atrair turistas para a "Capital Brasileira do Natal" **(Página 3)**

A reforma agrária

A eleição em dois turnos possui, entre outras virtudes, a de dificultar a ascensão de propostas radicais de governo, como estamos presenciando agora. As alianças partidárias em torno do candidato do PT impuseram a moderação do projeto de reforma agrária, antes inexeqüível, por ser inconstitucional. Passando a ser exeqüível, deixa de constituir mero quixotismo eleitoral para erigir-se em possibilidade real.

A Constituição brasileira não permite a desapropriação de terras produtivas, nem teria sentido fazê-lo. A função social da terra se cumpre no fato de produzir, de gerar riquezas e emprego. A simples transferência da propriedade não cumpre em si mesma qualquer função pois não altera seu caráter intrínseco, apenas muda-a de mãos.

A desapropriação de terras improdutivas é socialmente justificável, com uma condição, porém, a de que seja repartida em módulos que permitam sua exploração familiar. Tirar a terra de quem não pode produzir e dá-la a quem irá produzir com subsídios governamentais é uma iniqüidade. Para que assim fosse, seria necessário preceder-se o ato expropriatório de uma política agrícola susceptível de permitir a exploração agrícola independentemente de subsídios governamentais, uma impossibilidade absoluta neste momento. A política agrícola do País historicamente tem sido a de atrelar a atividade à conjuntura econômica, fazendo-a subordinar-se, muito mais do que qualquer outra atividade, aos interesses factuais das políticas públicas. Se essa subordinação fosse generalizada, como aliás deveria ser, abrangendo todo o espectro da atividade econômica do País, a eqüidade tornaria legítima a decisão de não produzir. No momento, entretanto, a ociosidade da terra se justifica sempre que o proprietário não tem acesso ao subsídio.

A terra para exploração familiar, sem utilização de mão-de- obra de terceiros, justifica-se perfeitamente no contexto social do País. Trata-se, neste caso, de um subsídio a caminho da auto-suficiência da unidade familiar.

A reforma agrária, portanto, não deve ser eleita como uma política de produção, mas uma política social. A política de produção, de que o País também necessita com urgência, envolve iniciativas de outra natureza, todas tendentes a dar sustentação de mercado aos produtos agrícolas. Ela deve se caracterizar pela criação dos fatores que tornam justificável o investimento de recursos próprios no setor, algo que não se faz hoje como se faz na indústria, no comércio, nos serviços. O crédito oficial subsidiado deveria situar-se apenas no espaço do fomento, cabendo ao mercado resolver todas as outras demandas de crédito.

Regozijamo-nos com a mudança do caráter da proposta de reforma agrária do PT e esperamos que qualquer dos candidatos eleito, no interesse do País, tenha a sensibilidade de compreender os verdadeiros e graves problemas da produção agrícola no País e implemente as políticas públicas susceptíveis de removê-los.

O exemplo uruguaio

Álvaro Pereira

Nossos vizinhos uruguaios acabam de nos dar uma bela demonstração de democracia. Depois de uma campanha tranqüila, sem incidentes, eles elegeram no último domingo o senador Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional, ou Blanco, para governar o país nos próximos cinco anos. O senador derrotou os candidatos do Partido Colorado, Jorge Batle, e da Frente Ampla, general Liber Serengni, garantindo a volta dos "blancos" ao poder depois de 23 anos. A derrota do atual presidente, Júlio Sanguinetti, do Partido Colorado, é apenas aparente: Batlle não era o candidato da sua preferência. Contrariado, o presidente Sanguinetti evitou participar da campanha, assumindo posição de "magistrado". Ele se resguardou para ser candidato à reeleição em 94.

Sanguinetti deixa o governo prestigiado pelos uruguaios. Além de ter conduzido com habilidade o processo de transição política, ele conseguiu realizar uma boa adminstração, criando as condições para que o país, estagnado, voltasse a crescer e a se desenvolver. O Uruguai readquiriu, no governo Sanguinetti, a condição de "Suiça latino-americana": seus bancos recebem depósitos em dólares de correntistas brasileiros e argentinos, sua economia estimula a participação da iniciativa privada e dos investimentos estrangeiros. Nesse contexto, a inflação anual não deve chegar a 70%, segundo as últimas previsões.

A volta dos "blancos" ao poder foi comemorada festivamente durante a madrugada de segunda-feira, dia 27. Antes mesmo de sair o resultado oficial, o presidente eleito recebeu telefonema do candidato Batlle, reconhecendo a derrota, e a visita do candidato Serengni, que o cumprimentou pela vitória e se mostrou disposto ao diálogo com o novo governo. Em resposta, o presidente eleito prometeu fazer um governo de unidade nacional, em que o interesse do país estará sempre em primeiro lugar. Pediu a colaboração de todos e prometeu cortar os gastos públicos, reduzindo ainda mais a participação do Estado na economia. Na tarde de segunda-feira, Lacalle se encontrou com o presidente Sanguinetti, no Palácio do Governo, para acertar detalhes da transição administrativa. Era o coroamento de um processo de transição política bem conduzido, capaz de resgatar a tradição democrática do Uruguai. Que nós, brasileiros , possamos encontrar o mesmo caminho.

O dever dos candidatos

Carlos Alves Müller

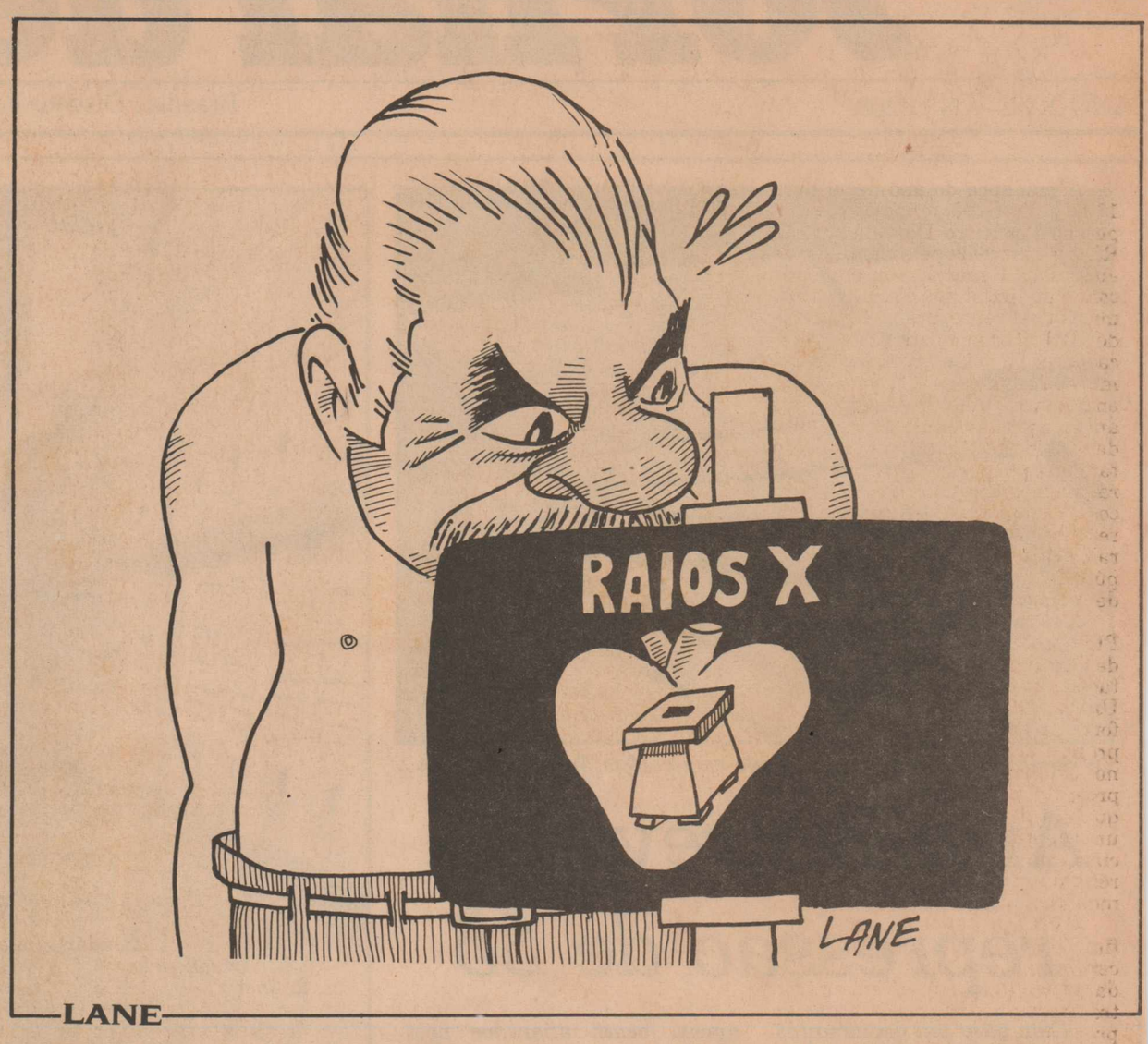
O debate de hoje à noite entre os dois candidatos que disputam a Presidência será um dos momentos mais importantes da campanha eleitoral e mesmo da vida política brasileira nos últimos anos. Jamais na história do País tivemos diante de nós, exposta de forma tão clara e direta, a alternativa que deverá ser singela mas, decididamente, ratificada com um "x", no dia 17 de dezembro.

A televisão pela primeira vez, transmite para todo o País ao vivo e a cores, como se ressaltava há alguns anos, uma eleição presidencial. Seu poder em termos de influência sobre o eleitorado é extraordinário, embora nem tão absoluto e autoritário, como denunciam seus críticos, nem tão neutro e enriquecedor, como proclamam seus apologistas. Num debate como o de hoje — com regras estritas e estabelecidas de comum acordo entre os representantes dos candidatos e das emissoras — a opinião dos telespectadores/eleitores e as conseqüências desta para a eleição e o futuro do País será no resultado quase exclusivo da ação, das palavras e das posturas de Fernando Collor de Mello e de Luis Inácio Lula da Silva.

As regras estabelecidas reproduzem, sob vários aspectos, as normas dos debates entre os candidatos promovidos pelas emissoras de televisão dos Estados Unidos. É de presumir que os eleitores que se comportaram com a responsabilidade e o espírito cívico demonstrado no primeiro turno julgarão com severidade o comportamento e as teses dos candidatos.

O nível exibido até o momento na propaganda eleitoral gratuita e especialmente os incidentes registrados no final da semana passada, não importando por iniciativa de quem, estão em absoluta contradição com as expectativas do eleitorado. Somos quase todos inexperientes em termos de eleição presidencial e isto explica muitas coisas e justifica outras tantas. A violência, a calúnia e a mesquinharia, contudo, são indesculpáveis.

A seriedade de um debate, a gravidade do momento vivido pelo País e a importância das eleições para o futuro dos brasileiros não são comprometidos pela ironia, por denúncias, ou mesmo por eventuais erros de português por parte dos candidatos. As ameaças à democracia, os riscos de frustração, têm outra origem. Evitá-los, hoje, depende, fundamentalmente, de Collor e Lula. É de se esperar que saibam disso e, juntos, dêem início a uma nova fase da campanha eleitoral. Os brasileiros merecem.



LANE

Apertem os cintos!

Eraldo Tinoco

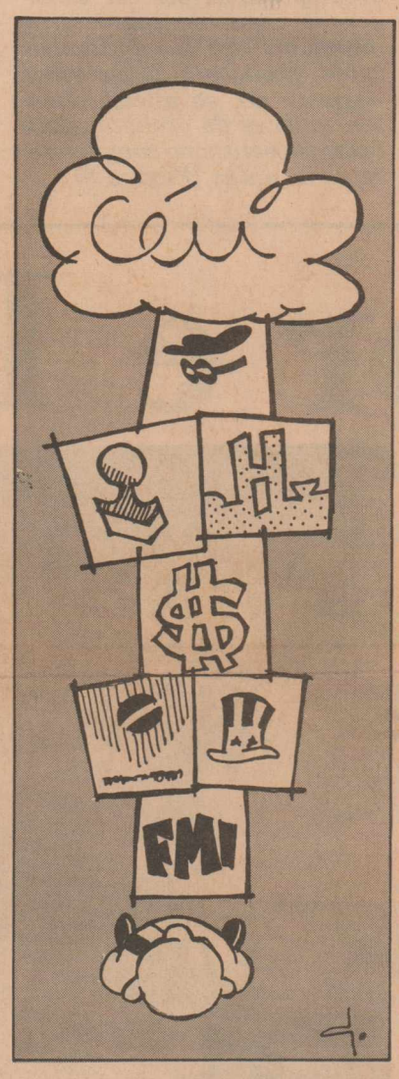
O orçamento de 1990, que inaugurará uma nova fase no relacioamento entre os poderes Legislativo e Executivo, está sendo analisado dentro de um cenário peculiar. De um lado, a expectativa de toda a sociedade brasileira de que a eleição de um novo presidente da República possa significar um reordenamento da economia e o controle definitivo do galopante processo inflacionáro. Do outro lado, o conjunto das promessas eleitorais que, no desfilar das propostas do palanque eletrônico montado pela atual legislação eleitoral, dá a impressão de que o País tem capacidade plena de pôr em marcha, a curto prazo, um processo administrativo e econômico para sustentar a solução dos problemas que afligem a Nação, a maioria situada na área sócio-econômica.

Se examinarmos com atenção os números contidos na proposta orçamentária para 1990, que traduzem tanto as dificuldades econômicas do momento presente, quanto as limitações impostas pela própria legislação que orienta a matéria, verificamos que as perspectivas de desempenho do setor público federal, no próximo ano, não são nada alentadoras. Mesmo com a possibilidade de modificações, já no primeiro semestre de 90, o orçamento é composto de números a grosso modo invariáveis e que se constituem em verdadeiro freio para os arroubos de candidatos e eleitores que flutuam suas esperanças nas fáceis promessas de campanha.

Vale lembrar que a Constituição Federal de 1988 criou uma nova sistemática orçamentária, composta de três instrumentos: o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual. Como não foi ainda estabelecido o Plano Plurianual, estamos trabalhando apenas com os dois últimos instrumentos legais. Em junho foi aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias (lei 7800/89) e, agora, está sendo discutida a proposta de lei orçamentária para 1990.

A LDO teve uma preocupação central: criar instrumentos capazes de inibir o aumento de déficit público já a partir do próximo ano, mediante a limitação das emissões de títulos públicos e outros mecanismos de contenção de despesas de custeio, tais como "mordomias' em residências funcionais ou carros oficiais. Nessa limitação de emissão de títulos, está a regra que só permite empréstimos no valor correspondente a 10% da Receita Tributária para financiar projetos prioritários.

Foi dentro de tais limitações que o Executivo encaminhou a proposta orçamentária para 1990, estipulando receitas e despesas no valor global de 338,8 bilhões de cruzados novos. A Receita do Tesouro, no montante de 329,9 bilhões, compõe-se de 34,0 bilhões de Receitas Tributárias; 51,0 bilhões de Receitas de Contribuições; 3,1 bilhões de Outras Receitas Correntes; 210,3 bilhões de Operações de Crédito (sendo 208,7 de Operações Internas e 1,6 de Operações Externas) e 30,6 bilhões de Outras Receitas de Capital. As Receitas de Entidades da Administração Indireta somam o valor de 8,9 bilhões de cruzados novos.



Nesses três orçamentos, as pricipais categorias de despesas são de Pessoal e Encargos, 24,2 bilhões de cruzados novos; Serviço da Dívida, 218,7 bilhões (sendo 184,3 bilhões de AMortizações e 34,4 bilhões de encargos); Outras Despesas Correntes e de Capital, 80,5 bilhões (sendo 8,5 bilhões destinados aos Investimentos).

A análise desses números nos leva a constatações realmente assustadoras. Vejamos:

De um orçamento de 338,8 bilhões, nada menos de 218,7 bilhões serão destinados ao pagameto de amortizações e encargos da dívida pública. Partindo do princípio de que 210,3 bilhões da Receita provém de Operações de Crédito, podemos concluir que o Governo Federal, na troca quase diária de credores (toma empréstimos a uns para pagar a outros) tem que assumir enormes compromissos com os encargos dessa dívida, ou seja, 34,4 bilhões de cruzados novos, que é praticamente o mesmo valor do que consegue arrecadar de impostos (Receita Tributária).

As despesas correspondentes a Transferências Constitucionais a Estados e Municípios correspondem a 13,7 bilhões de cruzados novos, ficando a receita Tributária Líquida (Arrecadação menos Transferências) em 20,3 bilhões. Comparando-se este último valor com as despesas de Pessoal (24,2 bilhões), constata-se que o Governo não arrecada de Tributos dinheiro suficiente para pagar os seus recursos humanos.

Disso tudo, o que sobra para Investimentos é apenas 8,5 bilhões. Portanto, mesmo que o novo presidente consiga mexer na estrutura do orçamento, estamos diante de uma dura realidade: a própria arrecadação já se torna insuficiente para atender as necessidades sociais. Mesmo que a máquina arrecadadora aumente sua eficiência e a sociedade produtiva (dentro do voto de confiança que, todos esperamos, será dado ao novo administrador da coisa pública) diminua acentuadamente a sonegação de impostos, ainda assim encontraremos um orçamento bastante limitado.

E há, ainda, outro fato importante a ser considerado: boa parte das Receitas descritas no orçamento de 1990 está condicionada a projetos de leis encaminhados pelo Executivo ao Legislativo (e ainda não aprovados) que ampliam as previsões mediante o aumento de impostos. Como há sempre a tendência política do Parlamento em freiar tais projetos, ainda teremos, até o final da presente legislatura, algumas pedras a remover do caminho.

Outros aspectos também precisam ser plenamente esclarecidos, a fim de que a enorme quantidade de ar que está sendo injetada no balão da esperança do povo brasileiro não redunde, já a partir do próximo ano, em frustrações. Um deles, por exemplo, é a área da Educação, que deveria estar sendo dirigida prioritariamente para o ensino fundamental. Mesmo cumprindo o dispositivo constitucional que determina a aplicação de não menos de 18% dos impostos arrecadados na manutenção e desenvolvimento do ensino, nota-se que só a parte de Pessoal do Ministério da Educação consumirá mais de 80% do orçamento daquela área. No mesmo Ministério, a força política e administrativa das inúmeras entidades de ensino superior impede, também, que se dê prioridade, como quer a Constituição, ao ensino fundamental.

Já estamos deixando de cumprir, para ficar registrado mais um exemplo significativo do setor educacional, o art. 60 das Disposições Transitórias Constitucionais, que estabeleceu o prazo de dez anos, após a promulgação da Carta Magna, para a erradicação do analfabetismo, que seria tarefa ainda mais urgente e ingente do ponto de vista das carências culturais de nossa Nação.

Todas essas reflexões (feitas com o cuidado de reconhecer que as novas sistemáticas de planejamento orçamentário já representam um grande avanço político e administrativo) levam-nos à conclusão de que há, pela frente, muito trabalho para as pessoas que militam na atividade pública, quer do Executivo, quer do Legislativo, para fazermos com que o País reencontre os pontos de equilíbrio que possibilitem o desenvolvimento pleno com justiça social. Mas precisamos encarar essas tarefas com uma visão objetiva e realista, sob pena de transformarmos a esperança popular em maior descrédito à classe política, que é um dos componentes que, muito provalemente, explicam a inédita composição do atual cenário eleitoral.

□Eraldo Tinoco é deputado federal (PFL—BA).

Organização Jaime Câmara
Sistemas de rádio, televisão e jornal

Diretor-Fundador: Jaime Câmara □ **Presidente:** Jaime Câmara Júnior
Diretores: Tasso José Câmara, João da Rocha Ribeiro Dias, Marcos Tadeu Câmara, Guliver Augusto Leão, José de Oliveira e Ronaldo B. Ferrante

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972, por J. Câmara & Irmãos S.A.

Diretor-Geral: Jorge de Moraes Jardim Filho
Diretor-Superintendente: Fernando Câmara
Diretor de Jornalismo: Domiciano de Faria
Diretor de Publicidade: Jorge Olavo Degrazia Barbosa
Diretor Editor: Edgar Lisboa
Editor Executivo: Eduardo Martins Neto
Sede própria: Setor de Indústrias Gráficas (SIG) Trecho 1 Lotes 585/645
PABX: (061) 225-2515. **FAX: (061) 226-6735**
Telex: (061) 1208 e 8915

Editado por J. Câmara & Irmãos S.A.
Fundadores: Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Rebouças Câmara

Serviços noticiosos: Agência Globo, Agência Estado, Radiobrás, AJB, Sport Press, UPI, France Press e AP

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião do JORNAL DE BRASÍLIA, mas somente a de seus autores.

Publicidade: 225-9981
Agência de Anúncios:
Sede: SIG, Qd. 01, Lote 645. Tel: 225-2515/**Gal. Hotel Nacional:** Loja 73. Tel.: 225-2243/**Conjunto Nacional Brasília:** 1ª etapa, térreo. Tel.: 226-3288/**Taguatinga:** Ed. Paranoá, loja 05. Tel.: 561-3266.

Venda Avulsa:
DF e GO dias úteis .....NCz$ 5,00
Domingos .....NCz$ 8,00
Demais estados dias úteis ....NCz$ 6,50
Domingos .....NCz$ 9.50

Sucursais:
Goiânia: Av. Goiás, 345. Centro. Tel.: 225-7500.
Anápolis: Rua Engº Portela, 222, Ed. CEF. Tel.: 324-0280

Classitel (Classificados fonados) 225-1533, 225-1505 e 225-1521

Circulação: 226-8058

Assinaturas:
225-2243 e 226-5461
Semestral (DF e GO) .....NCz$ 862,00
Demais Estados .....NCz$ 1.077,50

Representante Nacional
Pereira de Souza & Cia. Ltda

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS